



Diálogos

ISSN 2177-2940



O fim do bipartidarismo e o retorno do pluripartidarismo no Paraná (1979-1982).

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i2.52116>

Alessandro Batistella

 <https://orcid.org/0000-0003-4606-8249>

Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil. E-mail: alessandrobattistella@yahoo.com.br

The end of bipartisanship and return of pluripartisanship in Paraná (1979-1982).

Abstract: This article aims to analyze the epilogue of ARENA and MDB in Paraná and the return of pluripartisanship, with the organizations of the new political parties in the state. Thus, at first, we intend to analyze the partisan political reform of 1979 and the end of bipartisanship. We will then discuss the processes of organization of the ARENA substitute Social Democratic Party (PDS) and the MDB heir of the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB) in the state. In a third moment, the genesis and brief trajectory of the Popular Party (PP) in Paraná will be analyzed. Subsequently, the processes of reorganization of the Brazilian Labor Party (PTB) and organization of the Democratic Labor Party (PDT) and the Workers Party (PT) in the state will be studied. Finally, we will analyze the 1982 elections, the first election that took place after the end of bipartisanship, in Paraná.

Key words: bipartisanship; pluripartisanship; Paraná.

El fin del bipartidarismo y el retorno del pluripartidarismo en Paraná (1979-1982).

Resumen: Este artículo pretende analizar el epílogo de ARENA y MDB en Paraná y el retorno del pluripartidismo, con las organizaciones de los nuevos partidos políticos en el estado. Por lo tanto, al principio, se pretende analizar la reforma del partido político de 1979 y el fin del bipartidismo. Luego, abordaremos los procesos organizativos del Partido Socialdemócrata (PDS), un sustituto de ARENA, y del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), heredero del MDB, en el estado. En un tercer momento, se analizará la génesis y la breve trayectoria del Partido Popular (PP) en Paraná. Posteriormente, se estudiarán los procesos de reorganización del Partido Laborista Brasileño (PTB) y la organización del Partido Laborista Democrático (PDT) y el Partido de los Trabajadores (PT) en el estado. Finalmente, analizaremos las elecciones de 1982, la primera elección que tuvo lugar después del fin del bipartidismo en Paraná.

Palabras clave: bipartidismo; pluripartidismo; Paraná.

O fim do bipartidarismo e o retorno do pluripartidarismo no Paraná (1979-1982).

Resumo: O presente artigo pretende analisar o epílogo da ARENA e do MDB no Paraná e o retorno do pluripartidarismo, com as organizações dos novos partidos políticos no estado. Desse modo, em um primeiro momento pretende-se analisar a reforma político-partidária de 1979 e o fim do bipartidarismo. Em seguida, abordaremos os processos de organização do Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA, e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB, no estado. Em um terceiro momento, serão analisadas a gênese e a breve trajetória do Partido Popular (PP) no Paraná. Posteriormente, serão estudados os processos de reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de organização do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado. Por fim, analisaremos as eleições de 1982, o primeiro pleito ocorrido após o fim do bipartidarismo, no Paraná.

Palavras-chave: bipartidarismo; pluripartidarismo; Paraná.

Recebido em: 07/02/2020

Aprovado em: 30/04/2020

Considerações iniciais

Em outubro de 1965, por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura militar extinguiu os partidos políticos e o sistema pluripartidário em vigência no país desde 1945, implantando um novo sistema partidário com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, que durou até o final de 1979.

Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No Paraná, o processo de organização da ARENA foi liderado pelo ex-governador Ney Braga, líder da “revolução de 1964”¹ no estado. Próximo do marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, Ney Braga – que renunciou ao governo estadual, em novembro de 1965, para assumir o Ministério da Agricultura – obteve êxito na tarefa de organizar um forte partido governista no Paraná, atraindo para a ARENA paranaense não somente os políticos alinhados com a “revolução”, mas também cooptando políticos até então oposicionistas. Dessa forma, 17 (68%) deputados federais paranaenses ingressaram na ARENA, que contou também com a adesão de dois senadores e de 38 (84,5%) deputados estaduais.

Por outro lado, a organização do MDB paranaense coube aos membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que não foram cassados ou cooptados – e aos poucos dissidentes do Partido Democrático Cristão (PDC, de Ney Braga) e do Partido Social Democrático (PSD) o trabalho de organizar o partido oposicionista. Apoiando-se em parte das bases do extinto PTB paranaense², o MDB do Paraná enfrentou muitas dificuldades para se estruturar, sobretudo em virtude do número reduzido de parlamentares (um senador, oito deputados federais e cinco deputados estaduais).

Nas duas primeiras eleições ocorridas sob a vigência do bipartidarismo – as eleições parlamentares de 1966 e 1970 –, a ARENA paranaense obteve excelentes resultados³, evidenciando que a sua hegemonia no Paraná era incontestável naquele momento. No entanto, a ARENA

1 Convém ressaltar que, na época, os golpistas civis e militares chamaram o golpe de 1964 de “revolução” e o governo ditatorial instituído a partir 1964 de “revolucionário”.

2 Sobre o PTB paranaense, ver BATISTELLA (2016).

3 Em 1966, a ARENA paranaense elegeu Ney Braga ao Senado, 20 deputados federais e 37 deputados estaduais, enquanto o MDB paranaense elegeu cinco deputados federais e oito deputados estaduais. Por sua vez, nas eleições parlamentares de 1970, a ARENA paranaense elegeu dois senadores (João de Mattos Leão e Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho), 19 deputados federais e 38 deputados estaduais, enquanto o MDB paranaense elegeu quatro deputados federais e nove deputados estaduais.

paranaense foi marcada por sucessivas crises internas, sobretudo com a disputa entre Ney Braga e Paulo Pimentel (eleito governador em 1965) pelo controle do partido. Porém, a partir de 1974, com a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República, Ney Braga consolidou definitivamente a sua hegemonia política no Paraná e na ARENA paranaense. Alinhado ao grupo “castelista-geiselista” (também chamado de “Sorbonne militar”) e amigo pessoal do general-presidente Ernesto Geisel, o então senador Ney Braga foi nomeado ministro da Educação e Cultura, tornando-se o político de maior influência no estado. Assim, gozando de enorme prestígio, Ney Braga indicou o então vice-governador Jayme Canet Júnior, homem da sua absoluta confiança, para a sucessão estadual indireta de 1974.

Em outubro de 1974, Jayme Canet Júnior foi eleito indiretamente governador do Paraná. No mês seguinte, ocorreram as eleições parlamentares, marcadas pelo surpreendente desempenho eleitoral do MDB, que elegeu 16 senadores (contra seis da ARENA), quase duplicou a sua bancada na Câmara dos Deputados (elegendo 160 deputados federais) e a maioria dos deputados estaduais em seis Assembleias Legislativas (São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Rio Grande do Sul, Amazonas e Acre). No Paraná, o MDB também alcançou uma expressiva vitória eleitoral, elegendo Francisco Leite Chaves ao Senado, além de 15 deputados federais e 25 deputados estaduais. Desse modo, a bancada paranaense na Câmara dos Deputados ficou dividida entre MDB (50%) e ARENA (50%). Entretanto, na Assembleia Legislativa, apesar de quase ter triplicado o número de cadeiras, o MDB não conseguiu suplantar a ARENA, que elegeu 29 deputados (53,7%) contra 25 (46,3%) do MDB.

A derrota eleitoral da ARENA no Paraná foi atribuída pelo general-presidente Ernesto Geisel a Paulo Pimentel, que havia optado em adotar uma posição de neutralidade durante a campanha eleitoral. Responsabilizado publicamente pela derrota arenista por Geisel, Paulo Pimentel, que se insurgia contra a hegemonia política de Ney Braga no Paraná, foi completamente marginalizado dentro da ARENA paranaense.

No MDB do Paraná, por sua vez, o desempenho eleitoral de 1974 consolidou a ascensão de novas lideranças emedebistas, como Francisco Leite Chaves (eleito senador), Álvaro Fernandes Dias (eleito o deputado federal mais votado no Paraná) e Enéas Eugênio Pereira Faria (eleito o deputado estadual mais votado), que se tornaram protagonistas dentro do partido, juntamente com o deputado federal José Alencar Furtado e o ex-deputado federal José Richa (eleito prefeito de Londrina em 1972).

Contudo, a vitória eleitoral do MDB em 1974 (denominada pelos oposicionistas de “ressaca cívica nacional”) representou um duro golpe para a ditadura militar e um aviso da insatisfação social com a inflação e a carestia. A ditadura entraria em crise, desgastada pelo agravamento da

crise econômica e pelas manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia, que ganharam volume, sobretudo, a partir de 1977, aglutinando um significativo número de políticos liberais, políticos de esquerda, profissionais liberais, intelectuais, professores, estudantes, setores da Igreja católica e movimentos sociais numa frente oposicionista que contribuiu para o desgaste da ditadura militar.

Dessa forma, paralelamente ao projeto de distensão política, lento, gradual e seguro⁴, que pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização, o general-presidente Ernesto Geisel, pressionado por significativos setores da sociedade civil, precisou rever o projeto inicial de distensão política, do qual não pretendia abrir mão do AI-5⁵. Desse modo, o governo encaminhou ao Congresso, no final de junho de 1978, um projeto de emenda constitucional que propunha a restauração do *habeas corpus*; a revogação do AI-5 e de outros Atos Institucionais e Complementares decretados a partir de 1968, limitando os poderes excepcionais ao qual o presidente poderia recorrer; a inviolabilidade para o mandato parlamentar; garantias constitucionais para a magistratura; o retorno do Estado de sítio; a criação do Estado de emergência para condições especiais; a elegibilidade dos políticos cassados; e o estabelecimento do pluripartidarismo (*Gazeta do Povo*, 24 jun. 1978, p. 1).

No entanto, o projeto – que foi amplamente criticado pelo MDB – ainda estava longe de introduzir mudanças substanciais no regime, pois no lugar do AI-5 seriam introduzidas as “salvaguardas do regime” (denominadas pela oposição de “entulho autoritário”), assegurando ao general-presidente o uso de mecanismos constitucionais para combater “ações subversivas, rebeliões e de ameaças à segurança nacional” (KINZO, 1988, p. 195-196). Em 20 e 21 de setembro de 1978, depois de quase três meses de negociações, o projeto de emenda constitucional que tratava das reformas políticas foi aprovado no Congresso, recebendo, na votação em primeiro turno, 241 votos contra 145 da oposição. No segundo turno, ele foi aprovado por 227 votos, tendo o MDB abandonado o plenário, abstendo-se de votar (KINZO, 1988, p. 197).

As reformas políticas – que passariam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979 – foram

4 O projeto de distensão política (conhecido como Projeto Geisel-Golbery) era uma autorreforma que visava à institucionalização da ordem autoritária (isto é, a saída da excepcionalidade com a integração dos atos discricionários na Constituição, entendida pelos militares como “normalidade democrática”) e não exatamente a redemocratização do país. Assim, o projeto de distensão política, lento, gradual e seguro pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização, porém sem abrir mão de “mecanismos de segurança”, ou seja, de instrumentos de repressão, que deveriam ser institucionalizados. Desse modo, a “institucionalização revolucionária” pretendia comportar garantias básicas de uma passagem negociada, em um futuro incerto, para um governo civil identificado com as “doutrinas revolucionárias”. Em suma, tratava-se de um projeto estratégico de “institucionalização do autoritarismo e da tutela” com o retorno organizado para os quartéis *sine die* (NAPOLITANO, 2014, p. 234-235; CHIRIO, 2012, p. 173-174; MOTTA, 2008, p. 102).

5 Convém ressaltar que o general-presidente Geisel explicitou os limites da distensão, quando declarou, em 1º de agosto de 1975, que não pretendia revogar o AI-5 e o Decreto-Lei nº 477, nem revisar a Lei de Segurança Nacional, nem promulgar a anistia e nem reduzir as prerrogativas do poder Executivo (NAPOLITANO, 2014, p. 247).

promulgadas no dia 13 de outubro de 1978, por meio da Emenda Constitucional nº 11. Desse modo, o AI-5 seria extinto após 10 anos de vigência. No entanto, manteve-se uma série de medidas restritivas (as “salvaguardas do regime”), acrescida de uma nova Lei de Segurança Nacional⁶. Portanto, com as reformas políticas de 1978, o general-presidente Geisel “institucionalizava o regime”, integrando à Constituição as “salvaguardas” que evitariam o uso dos atos de exceção. Entretanto, os temas do retorno do pluripartidarismo e da anistia política foram deixados para o futuro general-presidente João Batista Figueiredo, que, ao assumir a presidência da República em março de 1979, deu continuidade ao projeto de distensão política, que passou a ser chamado de “abertura”.

Além da crise econômica e inflacionária e da eclosão de dezenas de greves pelo país, os primeiros meses do governo Figueiredo foram marcados pelos debates acerca da anistia política e da reforma político-partidária que determinaria o fim do bipartidarismo. Assim, durante o processo de distensão política, a ditadura militar impôs uma lei de anistia parcial (que excluía os presos políticos e exilados considerados “terroristas”⁷) e recíproca (que abrangia também os agentes da repressão), que foi aprovada no Congresso no dia 22 de agosto de 1979, sendo sancionada, no dia 28 de agosto de 1979, pelo general-presidente Figueiredo.

Em seguida, a ditadura dedicou-se à reforma político-partidária, visando ao retorno ao pluripartidarismo e, sobretudo, à fragmentação da oposição reunida no MDB. Com a aprovação do projeto de reforma político-partidária, em novembro de 1979, a ARENA e o MDB foram dissolvidos, dando início ao processo de organização dos novos partidos políticos em 1980.

Portanto, o presente artigo pretende analisar o epílogo da ARENA e do MDB no Paraná e o retorno ao pluripartidarismo, com as organizações dos novos partidos políticos no estado. Desse modo, em um primeiro momento, pretende-se analisar a reforma político-partidária de 1979 e o fim do bipartidarismo. Em seguida, abordaremos os processos de organização do Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA, e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB, no estado. Em um terceiro momento, serão analisadas a gênese e a breve

6 A nova Lei de Segurança Nacional – Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978 – passou a vigorar a partir de 20 de dezembro de 1978, data em que foi publicada no Diário Oficial (*Gazeta do Povo*, 29 dez. 1978, p. 7).

7 No entanto, na prática, estes presos políticos acabaram sendo libertados por outros recursos jurídicos, como revisões de pena e indultos (NAPOLITANO, 2014, p. 299).

trajetória do Partido Popular (PP) no Paraná. Posteriormente, serão estudados os processos de reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de organização do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado. Por fim, analisaremos as eleições de 1982, o primeiro pleito ocorrido após o fim do bipartidarismo, no Paraná.

A reforma político-partidária de 1979 e o fim do bipartidarismo

Desde a vitória eleitoral do MDB em 1974, a ditadura militar preocupava-se em deter o crescimento eleitoral do partido opositor. Assim, a Lei Falcão⁸, de 1976, e a invenção do “senador biônico” – eleito indiretamente –, por meio do Pacote de Abril de 1977⁹, revelaram-se medidas casuísticas que asseguravam à ditadura, por meio da ARENA, garantir a maioria parlamentar nas eleições de 1978.

Ademais, uma reforma político-partidária que possibilitasse o retorno ao pluripartidarismo e, assim, fragmentasse a oposição reunida no MDB passou a ser uma estratégia vislumbrada pelo governo, que, antes das eleições de 1978, estimulou o debate sobre a reforma político-partidária visando a provocar dissensões dentro do MDB. Entretanto, uma reforma que decretasse o fim do bipartidarismo não ameaçaria apenas desintegrar o MDB, mas também a própria ARENA, uma vez que o partido governista estava longe de ser unido e coeso. Desse modo, a ditadura procurou concentrar seus esforços em garantir que o partido governista não se fragmentasse, preservando a sua base parlamentar. Sob este aspecto, a escolha dos governadores indiretos em 1978 objetivou também criar condições para uma futura reforma político-partidária, pois, além da lealdade ao governo central, os escolhidos deveriam ter prestígio político e serem capazes de criar uma base forte para a reorganização do partido governista (KINZO, 1988, p. 205-206).

No Paraná, o ministro Ney Braga, que desejava retornar ao governo do estado, foi indicado pelo general-presidente Ernesto Geisel como candidato da ARENA, sendo eleito indiretamente, em setembro de 1978, governador. Nesse mesmo pleito indireto, Afonso Alves de Camargo Neto (então presidente da ARENA paranaense) foi eleito “senador biônico”.

Nas eleições parlamentares de novembro de 1978, em nível nacional, a ARENA elegeu 15

8 Promulgada no início de julho, a Lei Falcão (Lei 6.339/76, que fazia referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, seu idealizador) proibia os candidatos de realizar qualquer tipo de pronunciamento no rádio e na televisão. Desse modo, os partidos poderiam apenas divulgar, nas campanhas eleitorais, os nomes, os números e as fotos dos candidatos, acompanhado da leitura dos seus currículos. Dessa forma, a Lei Falcão esvaziou a campanha eleitoral no rádio e na televisão, transformando-a em um inócuo desfile de currículos e fotografias. A Lei Falcão vigorou até 1985.

9 No dia 1º de abril de 1977, Geisel usou o AI-5 e emitiu o Ato Complementar 102 (AC-102), decretando o recesso do Congresso, fechado pela terceira vez pela ditadura. Durante o recesso do Congresso, que durou 15 dias, Geisel e seus auxiliares decretaram um conjunto de decretos-leis sem o debate parlamentar, que introduziram várias medidas políticas e econômicas, que se tornaram conhecidas como “Pacote de Abril” (KINZO, 1988, p. 182-183).

senadores contra oito do MDB¹⁰ e obteve 55% da representação na Câmara Federal. Além disso, a ARENA também já havia garantido um terço do Senado por meio das eleições indiretas (os “senadores biônicos”, eleitos em setembro), o que garantiu à ditadura a maioria no Congresso. No Paraná, o MDB paranaense elegeu José Richa ao Senado, além de 15 deputados federais e 24 deputados estaduais. No entanto, a ARENA paranaense elegeu mais parlamentares: 19 deputados federais e 34 deputados estaduais. Assim, o futuro governador Ney Braga governaria com o apoio da maioria da Assembleia Legislativa.

Em suma, o fato da ARENA ter garantido a maioria parlamentar nas eleições de novembro de 1978 possibilitou ao governo adiar a reforma político-partidária e trabalhar para o fortalecimento do partido, que enfrentava dificuldades criadas pelos dissidentes (capitaneados pelo então senador José de Magalhães Pinto), que pretendiam fundar um novo partido (KINZO, 1988, p. 207). Assim, a partir de maio de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo, Petrônio Portella (ministro da Justiça) e o senador José Sarney (presidente nacional da ARENA) passaram a articular para que a reforma político-partidária prevísse a extinção dos dois partidos existentes, sem causar nenhum efeito negativo à ditadura, garantindo a maioria parlamentar com a formação de um novo partido governista, inicialmente chamado de “ARENÃO” (*Gazeta do Povo*, 15 maio 1979, p. 7).

Com José Sarney incumbido de organizar o novo partido governista, a ditadura priorizava a formação de um único e forte partido que lhe garantisse a maioria parlamentar, mas também esperava a formação de um partido independente (que aglutinasse os dissidentes arenistas e os setores liberais e moderados do MDB) e dois partidos oposicionistas (o MDB e o PTB – partido extinto pelo AI-2 e que vinha sendo rearticulado), que dividiriam e, assim, enfraqueceriam a oposição.

O projeto governamental de reforma político-partidária foi encaminhado no dia 18 de outubro de 1979 ao Congresso, contendo as novas normas para a organização dos partidos políticos, tornando obrigatória a inclusão da palavra “partido” na sua denominação, o que impossibilitava a manutenção da sigla MDB. Ademais, o projeto também previa o fim do bipartidarismo, a dissolução da ARENA e do MDB, a permissão para as coligações partidárias e a manutenção da sublegenda para as eleições para senador e prefeito (*Gazeta do Povo*, 19 out. 1979, p. 7).

Apesar dos protestos do MDB contra a sua extinção, o projeto de reforma político-partidária foi aprovado no dia 22 de novembro de 1979, após uma tumultuada sessão no Congresso. Desse modo, ARENA e MDB deixaram de existir como organizações políticas após 13 anos de limitada e turbulenta participação no sistema político implantado pela ditadura militar (KINZO, 1988, p. 208).

10 Além do Paraná, o MDB venceu as eleições para o Senado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Paraíba.

Com o fim do bipartidarismo e o retorno ao pluripartidarismo foram organizados os novos partidos políticos em 1980, como o Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB; o Partido Popular (PP), organizado por emedebistas “moderados” e dissidentes da ARENA; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

A organização do PDS no Paraná

Após governar o Paraná entre os anos de 1961 a 1965, o ex-ministro Ney Braga retornou ao Palácio Iguaçu em 15 de março de 1979. Com as articulações para a formação de um novo partido governista, Ney Braga foi incumbido de liderar o processo de organização do “ARENÃO” no Paraná, usando do seu prestígio e da sua influência política para aglutinar todas as alas da ARENA em um novo partido alinhado com o regime.

Durante o processo de organização do “ARENÃO”, Ney Braga se reconciliou com o ex-governador e então deputado federal Paulo Pimentel, o que contribuiu para o gradativo distanciamento entre Jayme Canet Júnior e Ney Braga, pois os ex-governadores Paulo Pimentel e Jayme Canet Júnior eram inimigos pessoais irretratáveis. Embora Ney Braga procurasse pacificar a situação, Jayme Canet Júnior e o “senador biônico” Afonso Alves de Camargo Neto (então presidente da ARENA paranaense, amigo e sócio de Canet) se recusaram a integrar o mesmo partido que Pimentel. Desse modo, ambos aderiram ao partido independente, que vinha sendo articulado por José de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, passando a organizá-lo no Paraná.

Após aprovação da reforma político-partidária e a extinção da ARENA, a maior fração dos ex-arenistas paranaenses ingressaram no novo partido governista, o Partido Democrático Social (PDS), organizado no Paraná pelo governador Ney Braga, enquanto uma pequena parcela de ex-arenistas optou em ingressar no Partido Popular (PP), liderado no Paraná por Jayme Canet Júnior.

Portanto, o Partido Democrático Social (PDS) surgiu como uma continuidade da ARENA, extinta com a reforma político-partidária de 1979. A nova nomenclatura do partido governista foi uma estratégia eleitoral que visava a distanciar-se da já desgastada e impopular ARENA, além de dar ao eleitor a impressão de que o PDS era um partido diferente e moderno, preocupado com as demandas sociais e democráticas da sociedade civil (MOTTA, 2008, p. 105).

Liderada pelo senador José Sarney, a Comissão Nacional provisória do PDS lançou, no dia 25 de janeiro de 1980, o manifesto de criação do novo partido governista (*Gazeta do Povo*, 26 jan. 1980, p. 7), que foi oficialmente fundado no dia 31 de janeiro de 1980 (*Gazeta do Povo*, 1º fev. 1980, p. 7). As articulações para a criação do PDS garantiram a maioria parlamentar à ditadura no

Congresso. Embora o partido governista tenha perdido 38 deputados até janeiro de 1982, o PDS contava com 215 (51,2%) cadeiras na Câmara dos Deputados. Como a ARENA detinha 231 (55%) deputados federais, observa-se que o PDS teve uma pequena perda da sua representação, compensando-a com a cooptação de 22 deputados da ala “adesista” do MDB. Entre os 38 deputados eleitos pela ARENA em 1978 e que optaram em não ingressar no PDS, verifica-se que 28 vincularam-se ao Partido Popular (PP), seis no PMDB, três no PTB e um manteve-se indeciso (KINZO, 1988, p. 209).

No Paraná, o PDS manteve-se forte, porém com algumas perdas: não se vincularam ao partido três deputados federais (Hamilton Vilela de Magalhães¹¹, Luiz Carlos Borges da Silveira e Pedro Arthur Sampaio) e três deputados estaduais (Dácio Leonel de Quadros, João Elísio Ferraz de Campos e Paulo Afonso Alves de Camargo), que ingressaram no Partido Popular (PP) de Jayme Canet Júnior e do “senador biônico” Afonso Alves de Camargo Neto.

Quadro 1: Parlamentares vinculados a ARENA/PDS paranaense (1979-1981)

	ARENA	PDS (julho de 1980)	PDS (dezembro de 1980)	PDS (dezembro de 1981)
Senadores	1			
Deputados Federais	19	17	16 ¹²	14 ¹³
Deputados Estaduais	34	34	34	32 ¹⁴

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

No entanto, o PDS do Paraná compensou as perdas de seis parlamentares para o PP cooptando um deputado federal (Valdmir Belinati) e três deputados estaduais (Antônio Facci, José Antônio Del Ciel e Nelson Buffara) do MDB. Ademais, o PDS também cooptou os ex-emedebistas Enéas Eugênio Pereira Faria¹⁵ (suplente do senador José Richa), Luiz Carlos Stanislawzuk (prefeito de Ponta Grossa) e Antônio Casemiro Belinati (prefeito de Londrina), entre outros prefeitos e vereadores eleitos pelo MDB em 1976. Dessa forma, o PDS garantiu o controle político de 90% das cidades paranaenses (*Gazeta do Povo*, 3 fev. 1980, p. 6).

No que tange à presidência provisória do PDS do Paraná, Ney Braga definiu-se pelo

11 Em junho de 1980, o deputado federal Hamilton Vilela de Magalhães ingressou no PTB.

12 Em dezembro de 1980, o PDS perdeu o deputado federal Mário César Stamm (suplente efetivado), que se vinculou ao PP.

13 No segundo semestre de 1981, o PDS perdeu mais dois deputados federais: em outubro, José Lúcio Cione ingressou no PMDB; em novembro, Paulo Pimentel vinculou-se ao PTB.

14 Em 1981, o PDS perdeu dois deputados estaduais, que ingressaram no PMDB: Renato Loures Bueno (em junho) e Benedito Pinto Dias (que vinha atuando de forma independente e sem vinculação partidária desde o início do ano) em novembro.

15 No entanto, Enéas Faria deixou o PDS em novembro de 1980, ingressando no PP em março de 1981.

deputado federal Norton Macedo Correia, que assumiu a presidência provisória do PDS paranaense (*O Estado do Paraná*, 26 fev. 1980, p. 2). No primeiro semestre de 1980, a Comissão Executiva provisória do PDS dedicou-se à organização dos diretórios municipais em todas as cidades do Paraná. Posteriormente, no dia 5 de outubro de 1980, foram realizadas convenções municipais do PDS em 297 cidades do interior e em cinco zonas eleitorais de Curitiba (*Gazeta do Povo*, 6 out. 1980, p. 6).

Após as convenções municipais, os pedessistas se prepararam para a convenção estadual, articulando a formação de uma chapa única, liderada por Ney Braga e composta por 45 membros. Dessa forma, na convenção estadual, realizada no dia 9 de novembro de 1980, Norton Macedo Correia foi efetivado como presidente do PDS paranaense (*Gazeta do Povo*, 11 out. 1980, p. 6).

Líder incontestado do PDS paranaense, o governador Ney Braga ambicionava concorrer ao Senado em 1982 e à presidência da República em 1984, inclusive recebendo um manifesto de apoio assinado por todos os deputados estaduais pedessistas (*Gazeta do Povo*, 14 nov. 1980, p. 6). Por outro lado, o partido foi convulsionado por uma acirrada disputa interna pelo posto de candidato a governador, protagonizado principalmente pelo deputado federal Paulo Pimentel, o deputado estadual Fabiano Braga Cortes (nomeado chefe da Casa Civil em janeiro de 1981), Antônio Casemiro Belinati (prefeito de Londrina), Jaime Lerner (prefeito nomeado de Curitiba) e Saul Raiz (ex-prefeito nomeado de Curitiba, que foi nomeado por Ney Braga, em janeiro de 1981, secretário extraordinário de Desenvolvimento dos Municípios). Embora se inclinasse a indicar Saul Raiz como candidato pedessista à sucessão estadual, Ney Braga seguiu as orientações do diretório nacional de adiar a definição do candidato governista por mais alguns meses, visando à unidade do partido (*Gazeta do Povo*, 26 abr. 1981, p. 6).

Entretanto, nos meses seguintes, o tema da sucessão estadual não deixou de ser o principal assunto debatido dentro do PDS do Paraná, com o fortalecimento do nome de Fabiano Braga Cortes. Por outro lado, sentindo-se desprestigiado e sem espaço dentro do PDS, Paulo Pimentel optou por deixar o partido e ingressar no PTB paranaense em novembro de 1981, sendo lançado como candidato petebista ao governo estadual (*O Estado do Paraná*, 8 nov. 1981, p. 1).

Sem Paulo Pimentel e com a desistência de Fabiano Braga Cortes, o nome de Saul Raiz ganhou força. Embora tivesse declarado sucessivas vezes que o candidato do PDS seria escolhido pela convenção do partido, Ney Braga indicou, em janeiro de 1982, Saul Raiz como candidato do PDS à sucessão estadual (*Gazeta do Povo*, 8 jan. 1982, p. 1).

Candidato ao Senado, Ney Braga renunciou ao governo do Paraná no dia 14 de maio de 1982, transmitindo o posto ao vice-governador José Hosken de Novaes. Posteriormente, a convenção do PDS paranaense, realizada no dia 6 de junho de 1982, homologou as candidaturas de

Ney Braga ao Senado e de Saul Raiz para governador e João Paulino Vieira Filho (ex-deputado federal e ex-prefeito de Maringá) como vice-governador (*Gazeta do Povo*, 7 jun. 1982, p. 6).

A organização do PMDB no Paraná

Em 1979, o MDB paranaense manteve a sua posição de forte oposição e crítica ao governo Ney Braga, inclusive criticando também a ditadura militar e a reforma político-partidária arquitetada pelo regime. Embora os emedebistas defendessem a unidade partidária diante da reforma político-partidária, internamente o partido oposicionista sofreu algumas fissuras provocadas com a reorganização do PTB no Paraná, além de vivenciar acirradas disputas internas, catalisadas pelas disputas pelos diretórios municipais e pelo diretório estadual. Ao contrário da ARENA, o MDB optou em não adiar as convenções partidárias previstas para 1979, agendando as convenções municipais para agosto, as convenções estaduais para outubro e a convenção nacional para o início de novembro.

No que tange à presidência da Executiva estadual, os deputados federais Sebastião Rodrigues de Souza Júnior (alinhado ao grupo do ex-deputado federal José de Alencar Furtado) e Álvaro Fernandes Dias (alinhado ao grupo do senador José Richa) lançaram-se como candidatos à sucessão do deputado federal Euclides Scalco (então presidente do MDB paranaense) no final de março de 1979 (*Correio de Notícias*, 30 mar. 1979, p. 4). Portanto, observa-se que o senador José Richa e o ex-deputado federal José Alencar Furtado (cassado pelo AI-5 em 1977), duas importantes lideranças do partido, estavam disputando o MDB paranaense visando às eleições ao governo estadual de 1982.

Na convenção estadual do MDB do Paraná, realizada no dia 14 de outubro de 1979, a chapa de Sebastião Rodrigues de Souza Júnior sagrou-se vencedora com apenas nove votos de diferença (*Gazeta do Povo*, 15 out. 1979, p. 6). Após a derrota na convenção, Álvaro Dias, mesmo aparentemente decepcionado, declarou que respeitava a decisão soberana dos convencionais emedebistas, defendendo a unidade do partido e a colaboração com o novo presidente, Sebastião Rodrigues de Souza Júnior (*Gazeta do Povo*, 17 out. 1979, p. 6).

Contudo, a reorganização do PTB no Paraná ameaçava fragmentar o MDB paranaense. Com a anistia e o retorno de Leonel Brizola ao Brasil, muitos emedebistas (vários com raízes políticas no trabalhismo) passaram a atuar na reorganização da sigla petebista no estado, como o ex-deputado federal Léo de Almeida Neves (um dos principais líderes do antigo PTB no Paraná, que foi cassado em 1969 pelo AI-5), os deputados estaduais Domício Scaramella, Adalberto Daros, Nelson Buffara, José Tadeu Lúcio Machado, Mário Celso Puglielli da Cunha e o senador Francisco Leite Chaves, entre outros.

Além da reorganização do PTB, outro fator que ameaçava fragmentar o MDB paranaense era a iminente organização de um partido independente, que atraía a simpatia de membros da ala “moderada” do partido. Soma-se a isso também o esforço empreendido pelo governador Ney Braga em cooptar para o “ARENÃO” emedebistas “moderados” ou “adesistas” (*Correio de Notícias*, 1º nov. 1979, p. 3). A situação gerou uma nota oficial do diretório do MDB paranaense, negando a desunião do partido (*Gazeta do Povo*, 8 nov. 1979, p. 6).

Apesar dos esforços em manter a unidade do partido, após a aprovação da reforma político-partidária e da extinção do MDB (que gerou fortes protestos dos emedebistas paranaenses) houve uma fragmentação da oposição no Paraná, com o ingresso de ex-emedebistas em outros partidos, como no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Partido Popular (PP) e no partido governista, o Partido Democrático Social (PDS). Contudo, a maioria dos emedebistas paranaenses articulou a organização do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Paraná.

O PMDB procurou conservar a popularidade e o capital político da antiga sigla (MDB) apenas acrescentando a palavra “Partido” para atender às exigências da nova lei. Desse modo, a sigla PMDB possibilitou que o eleitorado o reconhecesse como uma continuidade do extinto MDB na luta contra o autoritarismo e pelo restabelecimento da democracia (MOTTA, 2008, p. 105-106).

No seu manifesto de criação, de dezembro de 1979, o PMDB reiterou a luta contra o autoritarismo, enfatizando os objetivos de organizar um partido para todos os trabalhadores e conquistar uma maior participação política ligada aos movimentos sociais da sociedade civil (KINZO, 1988, p. 210). O PMDB foi oficialmente fundado no dia 15 de janeiro de 1980, após uma reunião realizada na Câmara dos Deputados, com o deputado Ulysses Guimarães sendo escolhido presidente provisório do novo partido¹⁶, cujo registro foi reconhecido pelo TSE no dia 9 de junho de 1980 (PALMEIRA, 2017, p. 67).

No entanto, a esperada fragmentação das oposições atingiu significativamente o MDB/PMDB, que perderia 80 deputados federais até janeiro de 1982, o equivalente a 42,3% dos 189 deputados eleitos pelo MDB em 1978. Dessa forma, o PMDB possuía 115 deputados (109 oriundos do MDB e seis da ARENA) ou 27,9% das cadeiras contra 215 deputados (51,2%) do PDS (KINZO, 1988, p. 209).

A maioria dos parlamentares que deixaram o MDB/PMDB optou em ingressar no Partido Popular (PP), organizado pela ala moderada do MDB (liderada pelo senador Tancredo Neves) e pela ala dissidente da ARENA (liderada pelo agora deputado José de Magalhães Pinto), que recebeu a adesão de 41 deputados oriundos do antigo MDB até janeiro de 1982. Além do PP, também houve

16 Ulysses Guimarães foi efetivado presidente nacional do PMDB na convenção nacional do partido, realizada nos dias 6 e 7 de dezembro de 1980. Na convenção, o ex-deputado José Alencar Furtado foi eleito terceiro vice-presidente (*Gazeta do Povo*, 8 dez. 1980, p. 7).

o ingresso de 22 ex-emedebistas no PDS, 10 no PDT, cinco no PT, um no PTB e um indeciso (KINZO, 1988, p. 209).

No Paraná, o MDB/PMDB também teve consideráveis perdas de parlamentares: o senador Francisco Leite Chaves inicialmente vinculou-se ao PTB¹⁷; entre os deputados federais, Walber Souza Guimarães optou pelo PP, Valdmir Belinati ingressou no PDS e Antônio Martins Annibelli inicialmente alinhou-se ao PDS, vinculando-se ao PTB em abril de 1980¹⁸. Entretanto, foi na Assembleia Legislativa que o MDB/PMDB sofreu as maiores baixas, com a perda de sete deputados: Antônio Facci, José Antônio Del Ciel e Nelson Buffara ingressaram no PDS; no PTB vincularam-se Adalberto Daros, Domício Scaramella¹⁹ e Mário Celso Puglielli da Cunha²⁰; e Edilson Alencar Barbosa optou pelo PP. Soma-se a isso a perda de Enéas Eugênio Pereira Faria²¹ e de um significativo número prefeitos e vereadores, como Luiz Carlos Stanislawzuk (prefeito de Ponta Grossa) e Antônio Casemiro Belinati (prefeito de Londrina, o principal reduto eleitoral do MDB no Paraná), que se vincularam ao PDS.

Quadro 2: Parlamentares vinculados ao MDB/PMDB paranaense (1979-1981)

	MDB	PMDB (julho de 1980)	PMDB (dezembro de 1980)	PMDB (dezembro de 1981)
Senadores	2	1	2 ²²	2
Deputados Federais	15	12	13 ²³	14 ²⁴
Deputados Estaduais	24	17	19 ²⁵	21 ²⁶

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

As articulações para a organização do PMDB paranaense revelaram as rivalidades entre os grupos liderados pelo ex-deputado federal José Alencar Furtado e pelo senador José Richa, que voltaram a disputar o controle do partido. No entanto, um pacto entre ambos garantiu um período de trégua e de atuação conjunta no processo de formação do partido oposicionista no Paraná,

17 Em agosto de 1980, o senador Francisco Leite Chaves vinculou-se ao PMDB.

18 Em dezembro de 1980, o deputado federal Antônio Martins Annibelli aderiu ao PMDB.

19 O deputado estadual Domício Scaramella faleceu em outubro de 1980. A sua vaga na Assembleia Legislativa foi ocupada por Gilberto Agibert Filho, vinculado ao PMDB.

20 Em outubro de 1980, o deputado estadual Mário Celso Puglielli da Cunha desligou-se do PTB e ingressou no PMDB.

21 O ex-deputado estadual Enéas Eugênio Pereira Faria (então suplente do senador José Richa) vinculou-se ao PDS, permanecendo no partido governista até novembro de 1980. Em março de 1981, Enéas Faria ingressou no Partido Popular (PP).

22 Em agosto de 1980, o senador Francisco Leite Chaves desligou-se do PTB e vinculou-se ao PMDB.

23 Em dezembro de 1980, deputado federal Antônio Martins Annibelli desligou-se do PTB e vinculou-se ao PMDB.

24 Em outubro de 1981, o deputado federal José Lúcio Cione desligou-se do PDS e vinculou-se ao PMDB.

25 Em outubro de 1980, o PMDB ganhou a adesão de dois deputados estaduais: Gilberto Agibert Filho (suplente efetivo após o falecimento de Domício Scaramella) e Mário Celso Puglielli da Cunha.

26 Em junho de 1981, o deputado estadual Renato Loures Bueno (ex-PDS) aderiu ao PMDB. Em novembro de 1981, o deputado estadual Benedito Pinto Dias (ex-PDS, que vinha atuando de forma independente e sem vinculação partidária desde o início do ano) também se vinculou ao partido oposicionista.

resultando na organização da Comissão Executiva provisória do PMDB paranaense, presidida pelo deputado estadual Waldir Ortêncio Pugliesi, vinculado ao grupo de José Alencar Furtado (*Gazeta do Povo*, 25 jan. 1980, p. 6).

A Comissão Executiva provisória do PMDB paranaense dedicou-se às tarefas de estruturação do diretório estadual e de organização das comissões provisórias dos diretórios municipais, uma vez que se tratava de uma exigência legal para o registro oficial do partido no TSE. Ademais, a atenção dispensada aos diretórios municipais também visava às eleições municipais de 15 de novembro de 1980, que acabaram sendo adiadas para 1982 por meio de uma manobra do governo Figueiredo, que prorrogou os mandatos dos prefeitos e vereadores (cuja maioria eram vinculados ao PDS)²⁷.

No dia 12 de outubro de 1980, o PMDB paranaense realizou convenções em 205 diretórios municipais, com o lema “contra a fome e a carestia, pela Constituinte”²⁸. No mês seguinte, no dia 15 de novembro (data na qual estavam marcadas as eleições municipais, que foram adiadas), o partido organizou em várias cidades do país uma série de manifestações e comícios, que foram denominados como “dia nacional de repúdio ao adiamento das eleições e de luta pela Constituinte (*Gazeta do Povo*, 16 nov. 1980, p. 6)”.

No que tange à convenção estadual do partido, agendada para o dia 23 de novembro de 1980 e na qual seriam eleitos os 45 membros do diretório estadual e a Comissão Executiva estadual, as negociações entre os grupos liderados por José Alencar Furtado e José Richa resultaram na composição de uma chapa única – denominada “Assembleia Nacional Constituinte” – e na efetivação de Waldir Ortêncio Pugliesi na presidência da Executiva estadual (*O Estado do Paraná*, 25 nov. 1980, p. 3).

No início de 1981, após uma série de negociações, começou a ganhar força no PMDB paranaense um acordo conciliatório que previa o lançamento das candidaturas de José Richa ao governo estadual²⁹ e de José Alencar Furtado para o Senado. No entanto, a proposta não agradou alguns pemedebistas, como o deputado federal Álvaro Dias, que ambicionava concorrer à senatoria paranaense, e Léo de Almeida Neves e Nivaldo Kruger, que almejavam concorrer ao governo do Paraná (*Gazeta do Povo*, 25 mar. 1981, p. 6).

27 Em setembro de 1980 foi aprovada no Congresso a Emenda do deputado Anísio de Souza (PDS/GO), que adiou as eleições municipais de 1980 para 1982, sob o argumento de que o adiamento era indispensável em virtude da recente reformulação partidária. No entanto, convém lembrar que a ditadura temia uma derrota eleitoral em 1980, uma vez que o país enfrentava uma grave crise econômica e inflacionária.

28 Embora tivesse organizado 250 diretórios provisórios municipais, as convenções municipais do PMDB paranaense foram realizadas em 205 cidades em virtude da desmobilização causada pelo adiamento das eleições municipais (*Gazeta do Povo*, 14 out. 1980, p. 6).

29 Em novembro de 1980, foi aprovada, por unanimidade, no Congresso uma emenda governamental que restabeleceu as eleições diretas para os governos estaduais em 1982 e extinguiu a votação indireta ao Senado (*Gazeta do Povo*, 14 nov. 1980, p. 1).

Contudo, o PMDB do Paraná procurou manter a sua unidade partidária, o que ficou evidenciado na convenção regional, realizada no dia 22 de novembro de 1981, na qual apenas uma chapa concorreu (“Chapa Vamos Governar Juntos”), reelegendo a mesma Comissão Executiva estadual (presidida por Waldir Pugliesi) eleita em novembro de 1980 e lançando a candidatura de José Richa para o governo do Paraná em 1982 (*Gazeta do Povo*, 23 nov. 1981, p. 6).

Entretanto, no dia 25 de novembro de 1981, o general-presidente João Batista Figueiredo enviou ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como “Pacote de Novembro”), proibindo as coligações partidárias e impondo o voto vinculado, que obrigava os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa. A partir do “Pacote de Novembro” ganhou força entre a maioria dos membros do PMDB e do PP a proposta de fusão entre os dois partidos, que abordaremos posteriormente.

A gênese e a breve trajetória do Partido Popular (PP) no Paraná

A partir do segundo semestre de 1979, o senador Tancredo Neves (da ala “moderada” do MDB) e o deputado José de Magalhães Pinto (da ala dissidente da ARENA) lideraram as articulações visando à organização de um partido independente, liberal-conservador, com conotação socialdemocrata e em busca da “justiça social sem radicalismos”. A reforma político-partidária de novembro de 1979 impulsionou a criação do novo partido, que inicialmente recebeu algumas denominações provisórias (Partido Nacionalista Independente, Partido Democrático Brasileiro, Partido Popular Brasileiro) até a definição da nomenclatura Partido Popular, após a divulgação do seu manifesto de criação, no dia 20 de dezembro de 1979, no qual se apresentava como um partido de oposição popular, progressista e nacionalista (*Gazeta do Povo*, 21 dez. 1979, p. 7).

Até janeiro de 1982, o PP obteve a adesão de 69 deputados federais (41 provenientes do MDB e 28 da ARENA), tornando-se a terceira maior bancada na Câmara dos Deputados (KINZO, 1988, p. 209). Contudo, em virtude da grande adesão de empresários e banqueiros (como o próprio Magalhães Pinto, proprietário do Banco Nacional), o PP foi pejorativamente chamado de “partido dos banqueiros”.

No dia 10 de janeiro de 1980, após uma reunião realizada em Brasília, foi organizada a Comissão Nacional provisória do PP, presidida conjuntamente por Tancredo Neves e Magalhães Pinto (*Gazeta do Povo*, 11 jan. 1980, p. 7). Declarando-se um partido de oposição moderada, o PP divulgou, em fevereiro de 1980, o seu Plano de Ação Política, defendendo eleições diretas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, entre outras propostas. Em março de 1980, Tancredo Neves foi eleito presidente do PP e Magalhães Pinto eleito presidente de honra do partido (*Gazeta do Povo*, 7 mar. 1980, p. 7). O PP foi oficialmente reconhecido pelo TSE em 2 de setembro

de 1980 (*Gazeta do Povo*, 12 set. 1980, p. 6).

No Paraná, o processo de organização do PP foi liderado pelo ex-governador Jayme Canet Júnior, contando com o apoio do “senador biônico” Afonso Alves de Camargo Neto. O PP paranaense inicialmente contou com a adesão de quatro deputados federais – Hamilton Vilela de Magalhães³⁰ (ex-ARENA), Luiz Carlos Borges da Silveira (ex-ARENA), Pedro Arthur Sampaio (ex-ARENA) e Walber Souza Guimarães (ex-MDB) –, quatro deputados estaduais – Edilson Alencar Barbosa (ex-MDB), Dácio Leonel de Quadros (ex-ARENA), João Elísio Ferraz de Campos (ex-ARENA) e Paulo Afonso Alves de Camargo (ex-ARENA) –, além do ex-deputado estadual arenista Aníbal Khury (cassado pelo AI-5 em 1969) e de alguns prefeitos e vereadores de municípios do interior do estado.

Quadro 3: Parlamentares vinculados ao PP paranaense (1980-1981)

	PP (até maio de 1980)	PP (até dezembro de 1980)	PP (até dezembro de 1981)
Senadores	1	1	1
Deputados Federais	4	4 ³¹	4
Deputados Estaduais	4	4	4

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Com Jayme Canet Júnior na presidência provisória, o PP paranaense inicialmente encontrou dificuldades em estruturar os seus diretórios municipais no interior do Paraná, conseguindo criar somente 80 diretórios municipais até julho de 1980 (*O Estado do Paraná*, 17 jul. 1980, p. 6). Entretanto, nos meses seguintes o partido conseguiu alcançar um significativo crescimento ao estruturar 242 diretórios, que realizaram as suas convenções municipais no dia 29 de março de 1981 (*Gazeta do Povo*, 30 mar. 1981, p. 6).

Posteriormente, no dia 3 de maio de 1981, realizaram-se as convenções estaduais pepistas em 18 estados do país. No Paraná, durante a convenção estadual foi lançada a candidatura de Jayme Canet Júnior ao governo estadual. No mesmo conclave também foram eleitos os membros do diretório estadual e a Comissão Executiva, que passou a ser presidida pelo deputado federal Luiz Carlos Borges da Silveira (*Gazeta do Povo*, 4 maio 1981, p. 6).

No entanto, em 25 de novembro de 1981, o governo enviou ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como “Pacote de Novembro”), proibindo as coligações partidárias e impondo o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal. Desse

30 Em junho de 1980, Hamilton Vilela de Magalhães vinculou-se ao PTB.

31 Em junho de 1980, o PP perdeu o deputado Hamilton Vilela de Magalhães. Porém, em dezembro de 1980, recebeu a adesão do deputado Mário César Stamm (ex-PDS).

modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o PDS e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores (PP, PTB, PDT e PT), que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos. A partir do “Pacote de Novembro”, Tancredo Neves passou a defender a fusão de todas as correntes oposicionistas em uma só legenda. Entretanto, a proposta foi rechaçada por PTB, PDT e PT, sendo acolhida apenas pela maioria dos membros do PP e do PMDB.

A incorporação do PP ao PMDB paranaense

Em dezembro de 1981, as negociações visando à incorporação do PP ao PMDB se intensificaram. Entre os pepistas, a proposta de integração entre os dois partidos oposicionistas ganhou força, sendo aprovada na convenção extraordinária do PP, realizada no dia 20 de dezembro (*Gazeta do Povo*, 21 dez. 1981, p. 1). Posteriormente, em 14 de fevereiro de 1982, uma convenção conjunta dos dois partidos concretizou a incorporação do PP ao PMDB³². Embora a maioria dos pepistas tenha ingressado no PMDB, alguns não aceitaram a incorporação e optaram por vincular-se ao PDS, como Magalhães Pinto e Tales Ramalho.

Em suma, a incorporação do PP ao PMDB foi uma reação contra o “Pacote de Novembro”, fortalecendo o PMDB, que ampliou consideravelmente o número de parlamentares. Por sua vez, o governo e o PDS tentaram impugnar a incorporação junto ao TSE, que, em março de 1982, considerou legal o processo (*Gazeta do Povo*, 3 mar. 1982, p. 7).

Posteriormente, em 18 de abril de 1982, foram realizadas as convenções estaduais conjuntas entre PP e PMDB, que ratificaram a incorporação. No Paraná, quase todos os parlamentares vinculados ao PP ingressaram no PMDB. A única exceção foi o deputado estadual Paulo Afonso Alves de Camargo (ex-ARENA), que ingressou no PDS. Desse modo, o PMDB também obteve um fortalecimento político-parlamentar no Paraná, com o ingresso de um senador, quatro deputados federais e três deputados estaduais, além dos mais de 700 vereadores e 19 prefeitos municipais.

Quadro 4: Quadro político-partidário dos parlamentares paranaenses (abril de 1982)

	PDS	PMDB	PTB
Senadores		3	
Deputados Federais	14	18	2
Deputados Estaduais	33	24	1

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Além da oficialização da incorporação do PP ao PMDB do Paraná, na convenção de 18 de

32 Durante a convenção, Ulysses Guimarães foi reeleito presidente nacional do PMDB. Por sua vez, Tancredo Neves foi eleito primeiro vice-presidente da Executiva Nacional do partido (*Gazeta do Povo*, 15 fev. 1982, p. 7).

abril também se reorganizou o diretório estadual pemedebista. Composto por 45 membros, o novo diretório do PMDB paranaense incorporou 15 ex-pepistas. Para a presidência da Executiva estadual, Waldir Ortêncio Pugliesi foi reeleito (*Gazeta do Povo*, 19 abr. 1982, p. 8).

Antes de se vincular ao PMDB, o ex-governador Jayme Canet Júnior, principal líder do PP paranaense, desistiu da sua candidatura ao governo estadual para apoiar a candidatura do pemedebista José Richa, que foi homologada na convenção conjunta de 18 de abril (*Gazeta do Povo*, 19 abr. 1982, p. 8). Além de coordenar a campanha do PMDB, ficou acertado que Jayme Canet Júnior iria indicar um ex-pepista para vice-governador, sendo escolhido posteriormente o deputado estadual João Elísio Ferraz de Campos para ser o vice de José Richa (*Gazeta do Povo*, 17 jul. 1982, p. 6).

Contudo, a disputa mais acirrada dentro do PMDB paranaense ocorreu pelas candidaturas ao Senado. Como Francisco Leite Chaves tinha direito a concorrer pela reeleição e o PP tinha a prerrogativa de indicar um candidato (no caso, o ex-senador João de Mattos Leão), a terceira sublegenda do PMDB estava sendo disputada por José Alencar Furtado e Álvaro Dias. Entretanto, com a desistência de João de Mattos Leão, durante a convenção o PMDB definiu-se pelas candidaturas de Francisco Leite Chaves, José Alencar Furtado e Álvaro Dias ao Senado (*Gazeta do Povo*, 19 abr. 1982, p. 8). Posteriormente, os três candidatos “fizeram um acordo de cavalheiros, no qual o partido lançaria apenas um candidato senatorial, que seria escolhido após uma prévia partidária” (*O Estado do Paraná*, 23 maio 1982, p. 3).

O processo de incorporação do PP ao PMDB foi finalizado com as convenções municipais conjuntas dos dois partidos, realizadas no dia 2 de maio de 1982 em 192 diretórios municipais (*Gazeta do Povo*, 3 maio 1982, p. 6). Nos meses seguintes, o PMDB do Paraná concentrou a sua atenção às eleições de 1982, com a definição dos candidatos a vereadores e prefeitos municipais. Por sua vez, a definição dos candidatos a deputados estaduais e federais, assim como a escolha do candidato pemedebista ao Senado, foi decidida na convenção estadual do partido, realizada no dia 18 de julho de 1982. No conclave, Álvaro Dias venceu a acirrada disputa e foi homologado candidato do PMDB paranaense ao Senado (*Gazeta do Povo*, 19 jul. 1982, p. 6).

Se, por um lado, José Alencar Furtado aceitou a derrota e lançou-se candidato à Câmara dos Deputados, por outro, Francisco Leite Chaves decidiu fazer uso da sublegenda e do seu direito de concorrer à reeleição. A posição rebelde de Leite Chaves inicialmente gerou alguns ruídos com a cúpula do partido, que acreditava que a melhor opção seria concorrer com apenas um candidato ao Senado. No entanto, após 40 dias de campanha, Francisco Leite Chaves decidiu renunciar à sua candidatura senatorial, aceitando a suplência de Álvaro Dias (*Gazeta do Povo*, 29 set. 1982, p. 6).

A reorganização do PTB e a fundação do PDT no Paraná

A partir de 1978, a possibilidade do retorno ao pluripartidarismo fomentou entre os trabalhistas o sonho de reorganizar a mítica sigla do PTB, extinta em 1965 com o AI-2. Assim, iniciou-se as articulações para a reorganização do PTB, lideradas por Ivete Vargas, Doutel de Andrade (ex-deputados federais, cassados em 1969 pelo AI-5) e Leonel Brizola (então exilado em Lisboa) (*O Estado do Paraná*, 23 fev. 1979, p. 4). No Paraná, a reorganização do PTB teve início em outubro de 1978, capitaneada pelos ex-deputados estaduais Júlio Rocha Xavier e Divonsir Borba Cortes e pelo jornalista Jorge Mathias Júnior, todos vinculados ao antigo PTB (*O Estado do Paraná*, 7 out. 1978, p. 4).

Em abril de 1979, com 109 assinaturas, o PTB solicitou o seu registro junto ao TSE (*Gazeta do Povo*, 11 abr. 1979, p. 7). Todavia, em junho de 1979 ocorreu o evento fundador do novo trabalhismo: o Encontro de Lisboa, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de junho, na sede do Partido Socialista Português, que reuniu antigos trabalhistas e lideranças de várias tendências de esquerda exiladas com o objetivo de reorganizar o PTB, sob a liderança de Leonel Brizola³³. A principal resolução desse encontro foi a *Carta de Lisboa*, um documento que sintetizaria as principais ideias do novo trabalhismo, comprometido com os valores democráticos e socialistas, mas que também defendia a volta de antigas bandeiras trabalhistas, como o reformismo e o nacionalismo, além de manter uma forte presença do getulismo (CHACON, 1985, p. 672).

Contudo, um dos pontos inovadores do novo trabalhismo expresso na *Carta de Lisboa* estava na atenção especial às massas marginalizadas, comprometendo-se à defesa dos direitos dos afro-brasileiros, dos indígenas, dos nordestinos, das crianças e das mulheres (CHACON, 1985, p. 671). Portanto, o novo trabalhismo, atualizado com os movimentos sociais do final da década de 1970, lutaria pelos direitos de outros segmentos sociais e não apenas dos trabalhadores, como era explicitado no programa do antigo PTB. Nesse sentido, conforme observou Ronaldo Vainfas (2007, p. 493), “embora adotasse uma postura de esquerda, o novo partido se propunha como um grande partido de massas, e não apenas como representante da classe operária, inclusive, desprovido-se de bandeiras marxista ou sindicalista”.

Após a anistia, Leonel Brizola retornou ao Brasil em 6 de setembro de 1979, após 15 anos no exílio, sendo recepcionado em Foz do Iguaçu por uma numerosa comitiva do MDB paranaense. A volta de Brizola ao país impulsionou o processo de reorganização do PTB paranaense, recebendo

33 Conforme Ronaldo Vainfas (2007, p. 492), em Lisboa, exilado desde 1978, Brizola “estreitou contatos com Mário Soares (líder do Partido Socialista Português e primeiro-ministro do país) e Willy Brandt, expoentes da Internacional Socialista, da qual se tornou membro, abraçando a ideia do ‘socialismo democrático’” – o que foi decisivo para a renovação do trabalhismo.

a adesão de muitos emedebistas, como o senador Francisco Leite Chaves, o ex-deputado Léo de Almeida Neves, os deputados estaduais Domício Scaramella, Adalberto Daros e Mário Celso Puglielli da Cunha, entre outros.

Durante o seu processo de reorganização, a mítica sigla do PTB passou a ser ferrenhamente disputada entre Leonel Brizola e Ivete Vargas. Após a aprovação da reforma político-partidária, em novembro de 1979, a disputa entre ambos foi para a esfera jurídica, se estendendo por alguns meses. No Paraná, os trabalhos visando à estruturação do PTB no estado não foram alterados em virtude do conflito entre Leonel Brizola e Ivete Vargas. Dessa forma, vincularam-se ao PTB paranaense o senador Francisco Leite Chaves e os deputados estaduais Domício Scaramella³⁴, Adalberto Daros e Mário Celso Puglielli da Cunha³⁵, além dos ex-deputados Léo de Almeida Neves, Nelson Maculan, Jacintho Simões, Valmor Santos Giavarina, José Carlos Leprevost, Piratan Araújo, Júlio Rocha Xavier, Divonsir Borba Cortes e do jornalista Jorge Mathias Júnior, entre outros. Posteriormente, o PTB ainda receberia as adesões dos deputados federais Antônio Martins Annibelli³⁶ (ex-MDB e ex-PDS) e Hamilton Vilela de Magalhães³⁷ (ex-ARENA e ex-PP).

Quadro 5: Parlamentares vinculados ao PTB paranaense (1980-1981)

	PTB (até julho de 1980)	PTB (até dezembro de 1980)	PTB (até dezembro de 1981)
Senadores	1 ³⁸		
Deputados Federais	2	1 ³⁹	2 ⁴⁰
Deputados Estaduais	3	1 ⁴¹	1

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Em virtude da influência do general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, em 12 de maio de 1980, o TSE decidiu dar ganho de causa à Ivete Vargas, que passou a deter o comando da histórica sigla do PTB. A partir de então, o PTB, que também recebeu a adesão do ex-presidente Jânio Quadros, buscou fazer uso sistemático do capital político e simbólico de Getúlio Vargas e transformou-se em um partido essencialmente fisiológico, distanciando-se da ideologia reformista e trabalhista.

34 Domício Scaramella faleceu em outubro de 1980.

35 Mário Celso Puglielli da Cunha desligou-se do PTB em outubro de 1980 e ingressou no PMDB.

36 Antônio Martins Annibelli vinculou-se ao PTB em abril de 1980. Porém, em dezembro do mesmo ano, deixou o partido para ingressar no PMDB.

37 Hamilton Vilela de Magalhães ingressou no PTB em junho de 1980.

38 Em agosto de 1980, o senador Francisco Leite Chaves desligou-se do PTB e ingressou no PMDB.

39 O PTB perdeu o deputado federal Antônio Martins Annibelli em dezembro de 1980. Desse modo, Hamilton Vilela de Magalhães era o único deputado federal do PTB paranaense.

40 Em novembro de 1981, o PTB recebeu a adesão do deputado federal Paulo Pimentel, que se desligou do PDS.

41 Com o falecimento de Domício Scaramella e o desligamento de Mário Celso Puglielli da Cunha, o único deputado estadual vinculado ao PTB do Paraná era Adalberto Daros.

Abalado com a decisão do TSE, coube a Brizola e a seus seguidores, além do consolo do reconhecimento público da herança trabalhista, fundar uma nova sigla: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que seguiu as diretrizes da *Carta de Lisboa* e incorporou a rosa vermelha socialista estampada como símbolo do partido. Em suma, o novo trabalhismo do PDT fundamentava-se no tripé democracia, socialismo e nacionalismo (SENTO-SÉ, 2007, p. 440-442). A partir desse tripé, o novo trabalhismo passou a ser também denominado de “socialismo à brasileira” ou “socialismo moreno”, designação criada por Darcy Ribeiro.

No Paraná, a cisão trabalhista acarretou importantes consequências. Vinculados à corrente brizolista, o senador Francisco Leite Chaves e o ex-deputado federal Léo de Almeida Neves optaram em ingressar no PMDB no segundo semestre de 1980. Apesar da significativa perda de dois dos principais líderes do processo de reorganização do PTB paranaense, o partido não teve grandes dissensões. Assim, sob a presidência provisória do ex-deputado estadual Júlio Rocha Xavier, os petebistas procuraram concentrar os seus esforços na organização de diretórios municipais no Paraná.

Por sua vez, o ex-deputado estadual Jacintho Simões (cassado em 1969 pelo AI-5) liderou o processo de estruturação do PDT paranaense, porém sem conseguir um significativo número de adesões ao partido de Brizola, que não desfrutava de muito prestígio político no Paraná, exceto na região oeste/sudoeste do estado. Dessa forma, o PDT encontrou grandes dificuldades para se organizar nas demais regiões do Paraná. No final de julho de 1980, o PDT paranaense definiu a sua Comissão Executiva provisória, presidida por Jacintho Simões (*Gazeta do Povo*, 29 jul. 1980, p. 6). Porém, convém ressaltar que nenhum parlamentar do Paraná vinculou-se ao PDT.

Em 1981, PTB e PDT promoveram as suas convenções municipais, estaduais e nacionais. No PTB paranaense, na convenção estadual, realizada no dia 14 de junho de 1981, o deputado estadual Adalberto Daros foi eleito presidente da Comissão Executiva estadual (*Gazeta do Povo*, 16 mar. 1981, p. 6). Por sua vez, o PDT do Paraná realizou a sua convenção estadual no dia 14 de junho de 1981 e Jacintho Simões foi efetivado presidente do partido (*Gazeta do Povo*, 15 jun. 1981, p. 6).

Em novembro de 1981, o deputado federal Paulo Pimentel, que ambicionava concorrer ao governo estadual em 1982, deixou o PDS e ingressou no PTB paranaense, sendo lançado como candidato do partido ao governo do Paraná. Entretanto, além do “Pacote de Novembro”, que reduziu as chances dos partidos menores nas eleições de 1982, Paulo Pimentel também ficou ameaçado de se tornar inelegível pelo PTB, uma vez que o ex-governador era considerado filiado nato do PDS, por ter assinado a ata de criação do partido. No final de junho, Pimentel recebeu a confirmação do TSE de que o seu registro no PTB paranaense estava em condição legal (*Gazeta do*

Povo, 29 jun. 1982, p. 6). Contudo, em virtude da fragilidade estrutural do partido e da imposição do voto vinculado pelo “Pacote de Novembro”, Pimentel passou a repensar a sua candidatura. Sendo cortejado pelo PMDB – que ofereceu nomeá-lo prefeito de Curitiba (*Gazeta do Povo*, 11 jul. 1982, p. 6) –, Pimentel desistiu da sua candidatura na segunda quinzena de julho, poucos dias antes da convenção estadual do PTB.

Sem Paulo Pimentel, o PTB paranaense, durante a convenção estadual, realizada no dia 25 de julho de 1982, definiu que o deputado federal Hamilton Vilela Magalhães seria o candidato do partido ao governo do Paraná, Egydio Assinan seria o vice-governador e Affonso Antoniuk concorreria ao Senado. O partido também lançou 27 candidatos a deputado federal (entre eles o deputado estadual Adalberto Daros e os ex-deputados Fernando da Gama e Souza, José Carlos Leprevost e Júlio Rocha Xavier) e 37 candidatos a deputado estadual (*Gazeta do Povo*, 26 jul. 1982, p. 6).

Necessitando do apoio político de Paulo Pimentel, que flertava com o PMDB, Ney Braga procurou a reconciliação. Assim, em 16 de agosto de 1982, ocorreu uma reunião em Brasília, na qual Paulo Pimentel, Ney Braga e Saul Raiz conversaram com o general-presidente Figueiredo, que procurou convencer Pimentel a apoiar os candidatos do PDS no Paraná. Após a reunião, Pimentel declarou que “não poderia ficar indiferente ao apelo do presidente” (*O Estado do Paraná*, 17 ago. 1982, p. 1). No dia seguinte, o PTB paranaense se reuniu e decidiu que expulsaria Paulo Pimentel por infidelidade partidária (*O Estado do Paraná*, 18 ago. 1982, p. 1). Porém, Pimentel se antecipou e desligou-se do PTB no dia 18 de agosto, passando a apoiar as candidaturas de Saul Raiz, Ney Braga e os demais candidatos do PDS (*O Estado do Paraná*, 19 ago. 1982, p. 1).

Acerca da definição dos candidatos do PDT do Paraná, na convenção estadual do partido, realizada no dia 25 de julho de 1982, foram homologadas as candidaturas do advogado e professor Édson Pereira de Sá a governador, Zulmira Simões para vice e de José Raimundo para senador, além de 17 candidatos à Câmara dos Deputados (entre eles o ex-deputado Gamaliel Bueno Galvão) e 31 candidatos à Assembleia Legislativa (*Gazeta do Povo*, 26 jul. 1982, p. 6).

A organização do Partido dos Trabalhadores (PT) no Paraná

A organização de um Partido dos Trabalhadores começou a ser discutida por líderes sindicais da região do ABC paulista no final de 1978. No início de 1979, a proposta voltou a ser debatida durante um congresso de trabalhadores metalúrgicos, realizado em Lins/SP (*Gazeta do Povo*, 26 jan. 1979, p. 7). Nos meses seguintes, a criação do novo partido político foi articulada por líderes sindicais em todo o país, sob a liderança do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP.

O PT foi oficialmente criado no dia 10 de fevereiro de 1980, com o lançamento do *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*, após um encontro realizado em São Paulo, do qual participaram lideranças sindicais, intelectuais, militantes de grupos marxistas e militantes ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja católica vinculados à Teologia da Libertação (REIS, 2007, p. 505). Conforme observa Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 107-108), a fundação do PT foi “um dos raros casos na história brasileira de um partido criado fora do universo das elites e do Estado”.

O PT inicialmente contou com a adesão de seis deputados federais (*Gazeta do Povo*, 12 mar. 1980, p. 7). No dia 1º de junho de 1980, em São Paulo, ocorreu a primeira convenção nacional do partido, na qual foi aprovado o programa partidário e Luís Inácio Lula da Silva eleito presidente da Comissão Executiva nacional provisória (*Gazeta do Povo*, 2 jun. 1980, p. 26).

No Paraná, o PT foi formalmente criado no dia 24 de fevereiro de 1980, durante um encontro realizado no Grupo Escolar Emílio de Meneses, na Capela da Vila Feliz, em Curitiba, do qual participou Olívio Dutra, líder sindical bancário em Porto Alegre e integrante da comissão nacional provisória do partido. Durante o encontro foi definida a comissão provisória do PT paranaense, que foi composta por Jairo Graminho de Oliveira (pedreiro e presidente da Associação dos Moradores da Vila Formosa), Ivo Augusto de Abreu Pugnali (ex-líder estudantil e engenheiro elétrico), Romeu Gomes de Miranda (professor e membro de várias associações de professores) e Gilberto de Carvalho (operário metalúrgico), que já vinham, desde 1979, atuando na criação do partido no Paraná (*Gazeta do Povo*, 25 fev. 1980, p. 6). No entanto, o PT paranaense não teve a adesão de nenhum parlamentar e encontrou grandes dificuldades para se estruturar no interior do estado.

No segundo semestre de 1980, o PT do Paraná realizou dois encontros no interior do estado (7 de setembro, em Londrina, e 30 de novembro, em Maringá), visando a debater a organização e a expansão do partido no estado. Até aquele momento, o PT havia organizado diretórios em 30 municípios paranaenses (*Gazeta do Povo*, 3 dez. 1980, p. 6). No dia 7 de dezembro de 1980, ocorreu um encontro do partido para a eleição da Comissão Executiva provisória, que passou a ser presidida pelo marceneiro Manoel Isaías de Santana, um alagoano afro-brasileiro radicado no Paraná que trabalhava como cobrador de ônibus e presidia a Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Cidade Industrial de Curitiba (*Gazeta do Povo*, 10 dez. 1980, p. 6).

Em virtude das dificuldades encontradas para organizar diretórios no interior do Paraná, no dia 21 de junho de 1981, o PT paranaense realizou as convenções municipais em apenas 31 cidades paranaenses (*Gazeta do Povo*, 22 jun. 1981, p. 6). No início de agosto de 1981, o partido realizou convenções em mais 44 cidades, totalizando, assim, 75 diretórios municipais no Paraná (*O Estado*

do Paraná, 4 ago. 1981, p. 2). No dia 6 de setembro de 1981 ocorreu a primeira convenção estadual do PT do Paraná, realizada na sede da Assembleia Legislativa. No conclave, Manoel Isaías de Santana foi mantido na presidência da Executiva estadual (*Gazeta do Povo*, 9 set. 1981, p. 6).

No início de 1982, com 84 diretórios municipais constituídos, o PT do Paraná lançou as candidaturas de Edésio Franco Passos para governador e de Manoel Isaías de Santana para o Senado, durante o IV Encontro estadual do partido, realizado nos dias 16 e 17 de janeiro em Curitiba (*Gazeta do Povo*, 18 jan. 1982, p. 6). Posteriormente, no dia 20 de junho de 1982, o PT realizou outra convenção, na qual foram homologadas as candidaturas de Edésio Franco Passos, Manoel Isaías de Santana e dos candidatos a deputados federais e estaduais (*Gazeta do Povo*, 21 jun. 1982, p. 6).

As eleições de 1982 no Paraná

As eleições de 1982 acabaram polarizando-se entre PDS e PMDB, uma vez que PTB, PDT e PT estavam em processo de estruturação e enfrentavam dificuldades devido às suas limitações. No Paraná, a acirrada disputa eleitoral entre PDS e PMDB, em alguns momentos, catalisou conflitos e violências em várias localidades do estado. Convém lembrar que estavam em disputa os postos de governador, senador, deputados federais, deputados estaduais, vereadores dos 310 municípios paranaenses e 298 prefeitos municipais⁴².

Os candidatos do PDS para governador e senador, respectivamente Saul Raiz e Ney Braga, realizaram uma série de comícios pelo estado, empreendendo uma intensa propaganda política, o que gerou diversas denúncias da oposição de que os candidatos governistas faziam uso sistemático da máquina pública para promover as suas campanhas eleitorais. Ademais, o PMDB denunciava, por meio de panfletos, a aposentadoria precoce de Saul Raiz no Tribunal de Contas do Estado.

Nas últimas semanas que antecederam ao pleito, o general-presidente João Batista Figueiredo se empenhou para garantir a vitória dos candidatos do PDS, percorrendo o país e participando de comícios políticos. No Paraná, Figueiredo participou do comício do PDS, realizado no dia 8 de novembro em Curitiba (*Gazeta do Povo*, 9 nov. 1982, p. 1).

Nas eleições, realizadas no dia 15 de novembro de 1982, o PDS elegeu 12 governadores e

42 Em 1982 não ocorreram eleições para prefeitos municipais em Curitiba e em 11 municípios, considerados áreas de segurança nacional (Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena). Assim, nas capitais e nos municípios considerados áreas de segurança nacional, os prefeitos municipais continuaram sendo nomeados pelo governador.

senadores⁴³, enquanto o PMDB elegeu nove⁴⁴ e o PDT venceu com Leonel Brizola no Rio de Janeiro. No Senado, o PDS garantiu a manutenção da maioria parlamentar, porém perderia a maioria na Câmara dos Deputados. Embora o PDS tenha elegido 235 deputados contra 200 do PMDB, as oposições unidas somavam 244 parlamentares. Nos estados, o PDS ainda conquistou a maioria parlamentar em 13 assembleias estaduais (KINZO, 1988, p. 213).

Em 1982, o desgaste da ditadura militar e do seu partido (PDS) e a grave crise econômica e inflacionária foram importantes fatores que contribuíram para a vitória da oposição em vários estados do país. No Paraná, a vitória do PMDB no Paraná foi acachapante, elegendo José Richa governador e Álvaro Dias senador, ambos eleitos com uma ampla margem de votos. Na Câmara dos Deputados, o PMDB elegeu 20 deputados federais contra 14 do PDS. Na Assembleia Legislativa, o PMDB elegeu 34 deputados estaduais contra 24 do PDS, enquanto os partidos menores (PTB, PT e PDT) não elegeram nenhum parlamentar. Ademais, o PMDB paranaense venceu as eleições municipais na maioria dos municípios do estado. Em Curitiba, o PMDB elegeu 22 vereadores contra 11 do PDS.

Considerações Finais

Em 1982, após 17 anos, os paranaenses voltaram a escolher, por meio do voto direto, o governador do estado, elegendo José Richa, do PMDB. A vitória do partido oposicionista no Paraná – elegendo Álvaro Dias senador e a maioria dos deputados federais e estaduais, além de também conquistar a maioria das prefeituras e legislativos municipais – representaria o início do predomínio do partido no Paraná durante a década de 1980 e início dos anos 1990.

Por outro lado, a derrota do PDS de Ney Braga representaria o início da *débâcle* do neysmo. Associado à ditadura militar, Ney Braga foi o político mais forte e influente do Paraná durante a vigência do regime. O início do seu declínio político coincide com o momento em que a ditadura militar encontrava-se desgastada e em fase de desagregação.

Fontes – periódicos

Correio de Notícias. Curitiba.

Gazeta do Povo. Curitiba.

O Estado do Paraná. Curitiba.

43 O PDS elegeu os governadores e senadores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e nos nove estados do nordeste.

44 O PMDB elegeu os governadores e senadores em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas e Acre.

Referências

- BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: UFPR, 2016.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e prática do seu programa*. 2. ed. Brasília: UnB, 1985.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPARDES, 1989.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PALMEIRA, André Franklin. *O Partido do Brasil: uma história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980-2016)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, pp. 503-540.
- SENTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, pp. 429-450.
- VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao *socialismo moreno*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, pp. 479-502.